



MINISTÉRIO DAS MULHERES
Gabinete da Ministra

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA	
a) Unidade Descentralizadora e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	MINISTÉRIO DA MULHERES
Nome da autoridade competente:	APARECIDA GONÇALVES
Número do CPF:	***.535.871- **
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres /Diretoria de Proteção de Direitos - DPD / Coordenação de Prevenção à Violência/ Ministério das Mulheres.
b) UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	81000 - MINISTÉRIO DA MULHERES
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres /Diretoria de Proteção de Direitos - DPD / Coordenação de Prevenção à Violência.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA	
a) Unidade Descentralizada e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizada:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA (UFC).
Nome da autoridade competente:	Diana Cristina Silva de Azevedo
Número do CPF:	310.214.093-91
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Vice-reitoria da Universidade Federal do Ceará
b) UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	153045
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	Vice-reitoria da Universidade Federal do Ceará.

3. OBJETO:

Implementar o Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha e a Clínica de Direitos Humanos com ênfase em gênero

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

OBJETIVO GERAL: Conceber e implementar o Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha como um espaço de memória, visitação e educação sobre os direitos das mulheres e a trajetória de Maria da Penha, ressignificando o local da violência em um ambiente de preservação histórica e promoção da igualdade de gênero.

Eixo 1 (META 1) – Transversal – Produtos, Prazos e Indicadores

Descrição Geral: O Eixo 1 abrange a gestão estratégica e a coordenação geral do projeto, bem como atividades transversais de comunicação, mobilização e educação que permeiam todos os demais eixos. Este eixo assegura que as ações dos eixos temáticos (2 a 5) ocorram de forma integrada e alinhada aos objetivos do Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha e da Clínica de Acesso à Direitos da UFC. Inclui também a organização de eventos e produtos de divulgação para engajar a comunidade e difundir o conhecimento gerado.

Eixo 2 (META 2)– Conceitual/Museológico (Plano Museológico e Expografia) – Produtos, Prazos e Indicadores

Descrição Geral: O Eixo 2 responde pela concepção conceitual, museológica e expográfica do Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha. Isso abrange a definição do conteúdo histórico e simbólico a ser transmitido, a forma de apresentação expositiva e a experiência do visitante. As atividades incluem planejar a narrativa e os temas das exposições, selecionar e organizar o acervo (físico e digital) que será exibido, desenhar o espaço expositivo e propor recursos interativos e imersivos que tornem a visita envolvente e educativa. Este eixo atuará em sinergia direta com o Eixo 3 (arquitetônico), para alinhar o projeto expográfico às soluções de espaço físico, e com o Eixo 4 (digital), para incorporar mídias digitais e acervo virtual à experiência museológica.

Eixo 3 (META 3) – Arquitetônico (Projeto Arquitetônico e Adequações Físicas) – Produtos, Prazos e Indicadores

Descrição Geral: O Eixo 3 concentra-se nas intervenções físicas necessárias para transformar a casa de Maria da Penha em um Memorial funcional e seguro. Engloba a elaboração do projeto arquitetônico de restauração/adaptação do imóvel, considerando seu valor histórico e as novas necessidades de uso (exposição, visitação, acessibilidade), bem como do projeto de paisagismo para o entorno e um projeto de energia fotovoltaica. Também trata dos aspectos legais e normativos, obtendo as aprovações junto à Prefeitura/SEUMA (Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente) e órgãos de patrimônio, e assegurando conformidade com normas de acessibilidade, combate a incêndios etc. Adicionalmente, este eixo incluirá uma perícia técnica especializada na estrutura do imóvel, visando produzir um laudo que documente tecnicamente as estruturas da casa.

Eixo 4 (META 4)– Digitalização e Acervo Digital – Produtos, Prazos e Indicadores

Descrição Geral: O Eixo 4 foca na dimensão digital do Memorial, garantindo que tanto o espaço físico quanto o legado documental de Maria da Penha estejam preservados e acessíveis virtualmente. As frentes principais são: digitalização do imóvel e acervo e desenvolvimento do site institucional. A digitalização envolve criar modelos virtuais da casa (antes e depois da reforma) e converter documentos e mídias relevantes em formato digital. Já os sites institucionais servirão como plataforma online do Memorial e da Clínica, contendo informações, um tour virtual, acervo digitalizado para consulta pública e atualizações sobre eventos. Também abrange a estratégia de manutenção desse acervo digital por pelo menos 3 anos, assegurando a continuidade do acesso e das atualizações após o término do TED. Em sinergia com os eixos museológico e arquitetônico, este eixo viabilizará experiências complementares (por exemplo, visitas virtuais para quem não pode ir presencialmente, ou QR codes nas exposições que remetem a conteúdo extra online).

Eixo 5 (META 5) – Viabilidade Econômica e Modelo de Gestão – Produtos, Prazos e Indicadores

Descrição Geral: O Eixo 5 trata dos aspectos de sustentabilidade e integração institucional do Memorial da Mulher Brasileira – Casa Maria da Penha, visando seu funcionamento contínuo após a fase de implantação. Este eixo realizará estudos e planejamentos para garantir que, uma vez criado, o Memorial tenha condições de se manter ativo, relevante e financeiramente viável. Isso inclui uma análise econômica detalhada (custos fixos e variáveis de operação, potenciais receitas e parcerias) e o desenho de um modelo de gestão adequado (por exemplo, gestão

pública direta, cogestão com ONG, criação de associação de amigos, etc.). Além disso, o eixo fará o mapeamento da rede de equipamentos e serviços existentes em Fortaleza ligados à temática (Casas da Mulher Brasileira, museus, memoriais, centros de referência da mulher, delegacias da mulher, abrigos, ONGs feministas, secretarias municipais e estaduais) para situar o Memorial nesse ecossistema, evitando duplicidades e buscando sinergias. Ao final, serão propostas ações concretas de parceria e integração do Memorial com essas instituições, de modo a fortalecer as políticas de proteção à mulher e ampliar o alcance cultural do Memorial.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha será um espaço cultural e educativo dedicado à história de Maria da Penha Maia Fernandes – símbolo da luta pelos direitos das mulheres no Brasil – e à promoção dos direitos das mulheres em geral. A iniciativa parte do reconhecimento, pelo Governo do Ceará em junho de 2024, da casa onde Maria da Penha sofreu uma tentativa de feminicídio como patrimônio histórico estadual, dada a importância e relevância do imóvel para a criação do Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha, voltado à preservação e valorização dos direitos das mulheres. O objetivo do Memorial é ressignificar este local de violência transformando-o em um espaço de memória e aprendizado, considerando o papel fundamental da memória – coletiva e individual – “na formação de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres”.

Maria da Penha, sobrevivente da tentativa de feminicídio cometida por seu então marido em 1983, lutou por justiça por anos. Seu caso emblemático levou à responsabilização do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e resultou na denominação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, marco legal no enfrentamento à violência doméstica. Transformar a casa onde ocorreram as agressões em um Memorial não só homenageia sua trajetória de transformar a dor em propósito de vida, como também serve de instrumento de educação e conscientização sobre a violência contra as mulheres.

A urgência e relevância desse Memorial ficam evidentes diante de recentes tentativas de distorcer a história de Maria da Penha – com *fake news* alegando falsamente que ela teria sido vítima de um assalto, e não de violência doméstica – o que configura um processo de revitimização da ativista. Conforme salientado pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, é inaceitável revitimizar mulheres vítimas de violência, sendo fundamental preservar sua história e memória como parte do compromisso de toda a sociedade em combater a desinformação e a misoginia. Nesse contexto, o Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha surge como uma resposta concreta para preservar a verdade dos fatos, honrar a memória da luta de Maria da Penha e educar novas gerações sobre os direitos das mulheres e o combate à violência de gênero.

Esta proposta técnica apresenta um plano completo para a concepção e implementação inicial do Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha, estruturado na modalidade de Termo de Execução Descentralizada (TED) a ser firmado com o Ministério das Mulheres. O projeto está organizado em cinco eixos temáticos e operacionais, descritos a seguir, que englobam desde a coordenação geral e ações transversais até aspectos conceituais, arquitetônicos, de digitalização e de viabilidade econômica. Ao longo de 12 meses de execução, serão desenvolvidas as atividades necessárias para estabelecer o Memorial da Mulher Brasileira - Casa Maria da Penha enquanto espaço de visitação e educação, assegurando a entrega de produtos-chave (planos, projetos, acervo digital, eventos etc.) e criando as bases para sua sustentabilidade futura. A seguir, são detalhados os objetivos do projeto e, subsequentemente, o escopo de cada eixo, com suas metas, ações, produtos, indicadores, equipes envolvidas, recursos necessários e orçamento estimado.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada. |
| <input type="checkbox"/> | Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. |

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- | | |
|-------------------------------------|-----|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Sim |
| <input type="checkbox"/> | Não |

Ressarcimento por Custos Indiretos – RCI (5% para a UFC)	R\$ 60.000,00
Despesa Operacional Administrativa – DOA (10% para a Fundação de Apoio)	R\$ 120.000,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META 1	Produto/Atividade	Prazo	Indicador de Conclusão
1.1 Clínica de Acesso à Direitos, com ênfase em gênero, na Universidade Federal do Ceará: Trata-se da implementação de um espaço permanente de extensão universitária interdisciplinar na UFC voltado à promoção do acesso à justiça e à cidadania com foco na equidade de gênero. A Clínica articulará atividades jurídicas, psicossociais e educativas, com a participação de estudantes e professores das áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, História, Artes, Design, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação, oferecendo atendimento orientativo, oficinas, produção de materiais informativos e apoio à rede de proteção às mulheres. A proposta visa integrar ensino, pesquisa e extensão em diálogo com a comunidade, fortalecendo a dimensão formativa do Memorial e ampliando seu impacto social.	Instalação da Clínica de Acesso a Direitos da UFC	Mês 1	Relatório entregue ao Ministério das Mulheres dentro do prazo contendo fotos da clínica instalada. Indicador: aprovação do relatório pelo Ministério das Mulheres sem pendências.
1.2 Audiovisual do Memorial: Produzir material audiovisual documental sobre o processo de montagem do Memorial. Prevê-se a criação de um minidocumentário que registre as etapas do projeto (reforma do espaço, montagem das exposições, depoimentos-chave), sob consultoria de especialista em audiovisual). Esse registro servirá tanto para memória institucional quanto para divulgação pública do Memorial.	Documentário do Memorial (registro audiovisual)	Mês 12	1 vídeo documentário (aprox. 20-30 min) produzido, editado e disponibilizado publicamente (em evento de lançamento e no site do Memorial).

<p>1.3 Cartilhas Educativas: Elaborar duas cartilhas educativas, uma sobre o Memorial e uma sobre direitos das mulheres, em formato digital (PDF) e impresso. As cartilhas apresentarão a história de Maria da Penha e o significado do Memorial, a Lei Maria da Penha e informações sobre educação em direitos humanos, respectivamente. Serão produzidas com linguagem acessível para utilização em escolas e comunidade. Está prevista impressão de 2.000 exemplares de cada para distribuição gratuita. A concepção visual e diagramação terão consultoria de um profissional de design editorial.</p>	<p>Cartilhas Educativas (Memorial e direitos das mulheres)</p>	<p>Mês 6</p>	<p>2 cartilhas finalizadas (versão digital) e 2.000 cópias impressas entregues, de cada. Indicador: material distribuído em eventos e encaminhado a escolas/parceiros; evidência de uso em ações educativas.</p>
<p>1.4 Comunicação e Publicidade: Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação para dar visibilidade ao Memorial e às atividades do projeto de extensão. Isso inclui a criação de identidade visual, gerenciamento de redes sociais, relações com a imprensa e produção de conteúdo informativo (releases, vídeos curtos, posts). Está reservado um orçamento de R\$ 40.000 para ações de publicidade (campanhas em mídia local, materiais gráficos, anúncios patrocinados etc.). Estudantes da área de Comunicação/Jornalismo atuarão como bolsistas nesse esforço, produzindo conteúdo e alimentando as plataformas digitais do projeto.</p>	<p>Campanha de Comunicação (divulgação do projeto)</p>	<p>Contínuo (M1-M12)</p>	<p>Estratégia executada com sucesso: presença ativa nas redes sociais (mínimo 3 postagens semanais), cobertura por mídia local (meta: ≥5 matérias ou entrevistas até M12). Indicador: Relatório de comunicação com métricas de alcance (ex.: seguidores, engajamento) e clipping de notícias.</p>
<p>1.5 Eventos Temáticos: Organizar 6 eventos temáticos ao longo do projeto, voltados à promoção dos direitos das mulheres e divulgação do Memorial. Os eventos poderão incluir rodas de conversa, seminários, oficinas culturais ou exposições temporárias relacionadas à trajetória de Maria da Penha e à Lei Maria da Penha. Os eventos serão distribuídos durante os 12 meses (média de 1 evento a cada 2 meses) e envolverão parcerias com movimentos de mulheres, universidades e escolas locais.</p>	<p>Eventos Temáticos Realizados (6 eventos)</p>	<p>M1–M12 (mensal)</p>	<p>6 eventos realizados conforme calendário. Indicador: lista de presença e registro fotos/atas de cada evento; participação média de ≥50 pessoas por evento; avaliação de satisfação do público coletada em pelo menos 60% dos eventos.</p>
<p>1.6 Projeto de Extensão Comunitária: Executar, na Clínica de Acesso a Direitos, um projeto de extensão interdisciplinar, envolvendo 6 bolsistas de graduação, para desenvolver ações educativas e de mobilização. Essas ações incluem palestras em escolas sobre violência doméstica, oficinas de direitos das mulheres em associações de bairro, atendimento orientativo, contribuições ao fomento das prateleiras Maria da Penha e articulação com organismos locais de proteção à mulher. Os bolsistas atuarão sob supervisão da Coordenação Geral e em articulação com os demais eixos, criando uma ponte entre a comunidade e as redes de apoio locais.</p>	<p>Ações de Extensão Comunitária</p>	<p>M2–M12 (contínuo)</p>	<p>Atividades educativas e de mobilização realizadas regularmente. Indicadores: relatório de extensão documentando pelo menos 12 atividades comunitárias (ex.: palestras, oficinas) realizadas pelos bolsistas.</p>
<p>1.7 Gerir o Projeto: Coordenar a execução global do projeto, integrando os cinco eixos, planejando as atividades de acordo com o cronograma e monitorando o cumprimento de metas. Envolver a coordenação de bolsistas e consultores, realização de reuniões de alinhamento periódicas e comunicação contínua com o Ministério das Mulheres (relatórios parcial e final).</p>	<p>Relatórios Parcial e Final do Projeto</p>	<p>Mês 6 (parcial); Mês 12 (final)</p>	<p>Relatórios entregues ao Ministério das Mulheres dentro do prazo, contendo descrição das atividades por eixo, indicadores de resultados, cumprimento do cronograma e execução financeira. Indicador: aprovação dos relatórios pelo Ministério das Mulheres sem pendências.</p>
<p>1.8 Relatórios e Entregas: Elaborar relatórios técnico-financeiros de acompanhamento (parcial) e final, consolidando os resultados de todos os eixos, para prestação de contas e avaliação junto ao Ministério das Mulheres. Garantir a entrega tempestiva de todos os produtos previstos no TED e documentar as lições aprendidas para futuras expansões ou operações do Memorial.</p>			
<p>Valor total da meta</p>			<p>RS\$ 480.000,00</p>

META 2	Produto	Prazo	Indicador de Conclusão
<p>2.1 Plano Museológico: Elaborar um Plano Museológico abrangente do Memorial. Este documento orientador definirá a missão, visão e objetivos do Memorial; o público-alvo e estratégias de comunicação; as políticas de acervo (tipos de itens a colecionar/preservar, critérios de incorporação de doações ou empréstimos); o plano de exposições de longa duração e temporárias; o programa educativo e cultural; e a gestão do patrimônio material e imaterial relacionado ao Memorial. O plano museológico garantirá que o Memorial tenha diretrizes claras de funcionamento e de conteúdo, alinhadas às melhores práticas museológicas e às políticas públicas de cultura e direitos humanos.</p>	<p>Plano Museológico do Memorial</p>	<p>Mês 5</p>	<p>Documento de Plano Museológico concluído e validado pela coordenação geral e pelo Ministério das Mulheres. Indicador: documento contendo todos os elementos (missão, público, acervo, exposições, programa educativo, gestão) em conformidade com o Termo de Referência; aprovação formal em reunião de alinhamento (ata assinada).</p>
<p>2.2 Pesquisa e Curadoria de Conteúdo: Realizar pesquisas históricas e coleta de informações para embasar o conteúdo do Memorial. Isso inclui levantamento cronológico da vida de Maria da Penha, contexto da luta contra a violência doméstica no Brasil, histórico sobre a Lei Maria da Penha e seu impacto sociojurídico na vida das mulheres, e histórias de outras mulheres que possam compor a narrativa expositiva. Em paralelo, identificar e selecionar itens do acervo físico (objetos pessoais, documentos originais, fotografias, recortes de jornal etc. ligados à Maria da Penha) que poderão ser expostos no Memorial. Essa curadoria de conteúdo será feita em diálogo com o Conselho Gestor do presente TED e outros acervos relevantes.</p>			
<p>2.4 Pesquisa e Curadoria de Conteúdo: Realizar pesquisas históricas e coleta de informações para embasar o conteúdo do Memorial. Isso inclui levantamento cronológico da vida de Maria da Penha, contexto da luta contra a violência doméstica no Brasil, histórico sobre a Lei Maria da Penha e seu impacto sociojurídico na vida das mulheres, e histórias de outras mulheres que possam compor a narrativa expositiva. Em paralelo, identificar e selecionar itens do acervo físico (objetos pessoais, documentos originais, fotografias, recortes de jornal etc. ligados à Maria da Penha) que poderão ser expostos no Memorial. Essa curadoria de conteúdo será feita em diálogo com o Conselho Gestor do presente TED e outros acervos relevantes.</p>	<p>2.3 Articulação com Arquitetura e Digital:</p>		<p>Colaborar ativamente com o Eixo 3 (Arquitetura) para adequar as propostas expositivas às condições físicas do imóvel – por exemplo, necessidade de reforço de estrutura para suportar equipamentos, instalações elétricas para tecnologia museográfica, controle de luz natural que possa afetar projeções ou peças sensíveis, etc. De igual modo, colaborar com o Eixo 4 (Digitalização) fornecendo diretrizes sobre quais itens do acervo físico precisam ser digitalizados prioritariamente para uso em instalações interativas, e definindo como o</p>

acervo digital será acessível dentro do Memorial (por exemplo, totens de consulta, QR codes em objetos físicos que remetam a informações no site).			
<p>2.4 Espaço Imersivo de Projeção e Áudio: Conceber, como parte do projeto expográfico, um espaço imersivo no Memorial. Esse espaço dedicado (por exemplo, um dos cômodos da casa adaptado para projeção 360° ou instalação audiovisual) deve proporcionar ao visitante uma experiência imersiva relacionada ao tema. Possibilidades incluem: uma sala de projeção de um filme curto reconstituindo a história de Maria da Penha; uma instalação sonora com vozes de mulheres sobreviventes contando suas histórias; ou uma simulação visual dos processos legais e da mobilização social que levaram à Lei Maria da Penha. A concepção deste espaço contará com consultoria técnica em multimídia para avaliar viabilidade de projeção mapeada ou outras tecnologias. O resultado esperado é uma atração central do Memorial que sintetize a mensagem de transformação e esperança, deixando forte impacto no público.</p>	Concepção de Espaço Imersivo	Mês 7	Proposta detalhada da instalação imersiva (roteiro, especificação de equipamentos de projeção/áudio, concepção artística) integrada ao projeto expográfico. Indicador: documentação técnica da instalação imersiva aprovada (como parte do projeto expográfico ou anexo), com viabilidade técnica confirmada pelo Eixo 3.
<p>2.5 Articulação com Arquitetura e Digital: Colaborar ativamente com o Eixo 3 (Arquitetura) para adequar as propostas expositivas às condições físicas do imóvel – por exemplo, necessidade de reforço de estrutura para suportar equipamentos, instalações elétricas para tecnologia museográfica, controle de luz natural que possa afetar projeções ou peças sensíveis, etc. De igual modo, colaborar com o Eixo 4 (Digitalização) fornecendo diretrizes sobre quais itens do acervo físico precisam ser digitalizados prioritariamente para uso em instalações interativas, e definindo como o acervo digital será acessível dentro do Memorial (por exemplo, totens de consulta, QR codes em objetos físicos que remetam a informações no site).</p>			
<p>2.6 Pesquisa e Curadoria de Conteúdo: Realizar pesquisas históricas e coleta de informações para embasar o conteúdo do Memorial. Isso inclui levantamento cronológico da vida de Maria da Penha, contexto da luta contra a violência doméstica no Brasil, dados sobre a Lei Maria da Penha e seu impacto, e histórias de outras mulheres que possam compor a narrativa expositiva. Em paralelo, identificar e selecionar itens do acervo físico (objetos pessoais, documentos originais, fotografias, recortes de jornal etc. ligados à Maria da Penha) que poderão ser expostos no Memorial. Essa curadoria de conteúdo será feita em diálogo com o Instituto Maria da Penha e outros acervos relevantes.</p>	Curadoria de Acervo e Conteúdo (subproduto)	Mês 4	Seleção preliminar do acervo e conteúdos definidos. Indicador: lista inventariada de itens do acervo a expor (≥ 30 itens, entre objetos, documentos, fotos), e resumo curatorial de cada núcleo temático produzido; conteúdo entregue alimenta diretamente o desenvolvimento expográfico e digital.
Valor total da meta			R\$ 200.000,0

META 3		Prazo	Indicador de Conclusão
<p>3.1 Projeto Arquitetônico de Restauro e Reforma: Desenvolver um projeto arquitetônico completo para a adaptação da casa em Memorial. O projeto deverá respeitar e preservar as características arquitetônicas originais significativas (fachada, layout básico dos cômodos, elementos históricos), ao mesmo tempo em que fará as adaptações necessárias para o novo uso: criação de áreas expositivas, sala multiuso para oficinas ou pesquisa, banheiros acessíveis, instalação de sistemas de climatização e luminotécnica adequados para exposições, reforços estruturais se necessários para suportar carga de público ou equipamentos, e garantia de acessibilidade plena a pessoas com deficiência (rampas, corrimãos, sinalização). O projeto incluirá plantas baixas, cortes, fachadas e detalhamentos construtivos, além de memória descritiva explicando as soluções adotadas. Será realizado um levantamento arquitetônico completo do estado atual da casa (medições, documentação fotográfica) como base para o projeto.</p>	Projeto Arquitetônico Completo	Mês 6	Conjunto de desenhos técnicos (plantas, cortes, fachadas) e memorial descritivo finalizado. Indicador: protocolo de entrega do projeto à SEUMA para aprovação; validação técnica pelo corpo de arquitetos/engenheiros da Prefeitura (eventuais exigências atendidas).

<p>3.2 Estudo de viabilidade para implantação de Energia Solar: O estudo deverá considerar as características arquitetônicas e estruturais do imóvel, respeitando sua conformação original e os limites impostos pela preservação patrimonial. A proposta deverá avaliar a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nos elementos existentes (telhado, áreas livres) ou em estruturas discretas e reversíveis, de modo a não comprometer o valor histórico e simbólico do edifício. O estudo incluirá: levantamento da demanda energética estimada do Memorial, dimensionamento preliminar do sistema de geração solar, definição do posicionamento ideal dos módulos, avaliação de sombreamento e irradiação solar, análise de custo- benefício e retorno sobre o investimento, e proposição de estratégias de financiamento para futura implantação. O produto final será composto por plantas de locação, esquemas técnicos, memoriais descritivos e planilha orçamentária estimativa. O estudo visa orientar a adoção de fontes renováveis de energia no Memorial, contribuindo para sua sustentabilidade ambiental e financeira no longo prazo.</p>	<p>Estudo de Viabilidade com Projeto, em caso de viabilidade.</p>	<p>Mês 7</p>	<p>Entrega do estudo à coordenação geral do projeto; parecer técnico favorável da equipe de arquitetura; incorporação do produto ao conjunto de projetos executivos do Memorial; protocolo de solicitação de parceria ou financiamento junto a órgão público ou programa de incentivo à energia solar.</p>
<p>3.3 Projeto de Paisagismo: Conceber um projeto paisagístico para a área externa e jardim do imóvel, de forma integrada ao Memorial. A proposta deve valorizar os espaços abertos (quintal, jardim frontal ou lateral, se existentes), criando um ambiente acolhedor para visitantes, que sirva também como extensão da experiência do Memorial. Podem ser previstos um jardim de contemplação com plantas simbólicas (por exemplo, espécies que representem resistência das mulheres), áreas de convivência para realização de eventos ao ar livre ou rodas de conversa, e elementos de paisagem que sinalizem ao público o tema do espaço (como um mural externo, uma escultura em homenagem às mulheres sobreviventes etc.). O projeto de paisagismo incluirá o desenho do layout do jardim, especificação de vegetação e mobiliário urbano, considerando manutenção de baixo custo.</p>	<p>Projeto de Paisagismo</p>	<p>Mês 7</p>	<p>Desenhos e descrição do projeto paisagístico concluídos. Indicador: projeto integrado ao projeto arquitetônico (anexado para aprovação) ou aprovado separadamente; lista de espécies e elementos paisagísticos definida.</p>
<p>3.4 Aprovações Legais e Licenças: Navegar pelos trâmites legais junto aos órgãos competentes. Com a consultoria jurídica de um especialista em direito urbanístico/patrimônio, será preparado o dossiê para obtenção de aprovação do projeto pela SEUMA (incluindo análise de conformidade com o Plano Diretor, código de obras, legislação de patrimônio cultural e normas de acessibilidade – ABNT NBR 9050). Caso necessário, submeter, se for o caso, o projeto aos órgãos de patrimônio para aval. Obter licenças de construção/reforma e alvarás necessários dentro do prazo do projeto, de modo a possibilitar o início das obras físicas logo após a finalização desta fase de concepção (ou até mesmo durante, se for possível fasear intervenções simples).</p>	<p>Licenças e Pareceres Legais Obtidos</p>	<p>Mês 8</p>	<p>Licença de reforma/construção emitida pela Prefeitura; parecer favorável do órgão de patrimônio histórico (se aplicável). Indicador: documentos de licenciamento em mãos, sem pendências impeditivas ao início das obras.</p>
<p>3.5 Laudo Técnico Pericial: Realizar uma perícia técnica estrutural no imóvel para verificar marcas e evidências remanescentes sobre a estrutura do local. Esse laudo será produzido por um consultor engenheiro especializado em estruturas/perícias (com colaboração da consultoria de arquitetura) e poderá ser utilizado tanto para fins históricos/expositivos no Memorial quanto para acervo jurídico. O laudo seguirá metodologias periciais profissionais e será anexado como produto do projeto.</p>	<p>Laudo Técnico Pericial do Imóvel</p>	<p>Mês 1</p>	<p>Relatório técnico pericial elaborado e assinado por profissional habilitado. Indicador: laudo documentando evidências físicas do local disponível; aceito pela coordenação e conteúdo incorporado ao acervo do Memorial (digitalizado e resumido no conteúdo expositivo).</p>
<p>3.6 Compatibilização Arquitetônica com Expografia: Ao longo do desenvolvimento do projeto arquitetônico, trabalhar em constante diálogo com o Eixo 2 para assegurar que o design do espaço atenda às necessidades expográficas e museológicas. Isso inclui prever locais para instalação de projeções, suportes em teto ou paredes para equipamentos, iluminação específica para destacar objetos, isolamento acústico para a</p>	<p>Compatibilização Arquiteto-Expográfica (subproduto)</p>	<p>Contínuo até M6</p>	<p>Integração efetiva entre projeto arquitetônico e expográfico. Indicador: reuniões bimensais realizadas entre as equipes (atas registradas); ausência de conflitos não resolvidos entre o que foi projetado em arquitetura e o que foi planejado</p>

sala imersiva, rotas de visitação lógicas, etc. Ao final, produzir uma versão integrada “arquitetura + expografia” para aprovação final.		em expografia (verificação final indica projetos coerentes).
Valor total da meta		RS 200.000,00

META 4	Produto	Prazo	Indicador de Conclusão
4.1 Digitalização 3D da Casa (Antes e Depois): Realizar o escaneamento digital do imóvel, gerando representações tridimensionais fidedignas. No início do projeto (Mês 1-2), será capturado o estado original da casa (pré-reforma) através de tecnologias como laser scanner 3D ou fotogrametria de alta resolução. Isso produzirá um modelo digital que preserva a configuração original e poderá ser usado em um “tour virtual” online ou para registro histórico. Ao final das intervenções arquitetônicas (Mês 8), repetir o processo para obter o modelo pós-reforma, mostrando as adequações realizadas. Esses modelos 3D permitirão comparações antes/depois e servirão como conteúdo interativo tanto no site quanto possivelmente em uma estação no próprio Memorial. A ação inclui processamento dos dados brutos (nuvens de pontos, fotografias) em software especializado para gerar um modelo navegável/texturizado.	Modelo Digital 3D da Casa (Pré-reforma)	Mês 2	Modelo 3D concluído, cobrindo 100% dos espaços do imóvel, acessível em plataforma de visualização. Indicador: arquivo digital (formato navegável ou vídeo-tour) entregue; tour virtual “antes” publicado no site do Memorial.
4.2 Digitalização 3D da Casa (Antes e Depois): Realizar o escaneamento digital do imóvel, gerando representações tridimensionais fidedignas. No início do projeto (Mês 1-2), será capturado o estado original da casa (pré-reforma) através de tecnologias como laser scanner 3D ou fotogrametria de alta resolução. Isso produzirá um modelo digital que preserva a configuração original e poderá ser usado em um “tour virtual” online ou para registro histórico. Ao final das intervenções arquitetônicas (Mês 8), repetir o processo para obter o modelo pós-reforma, mostrando as adequações realizadas. Esses modelos 3D permitirão comparações antes/depois e servirão como conteúdo interativo tanto no site quanto possivelmente em uma estação no próprio Memorial. A ação inclui processamento dos dados brutos (nuvens de pontos, fotografias) em software especializado para gerar um modelo navegável/texturizado.	Modelo Digital 3D da Casa (Pós-reforma)	Mês 8	Modelo 3D atualizado após adaptações arquitetônicas. Indicador: arquivo/visualização entregue e validada pela equipe (reflete fielmente o resultado do projeto arquitetônico).
4.3 Digitalização do Acervo do Instituto Maria da Penha: Em parceria com o Instituto Maria da Penha (guardião do acervo histórico da ativista), proceder à digitalização do acervo documental relacionado à sua trajetória e à Lei Maria da Penha. Isso inclui, entre outros: cópias de processos judiciais antigos, cartas, recortes de jornais e revistas sobre o caso, fotografias de Maria da Penha ao longo de sua vida e pela adoção da lei de enfrentamento à violência, vídeos de entrevistas ou eventos, e quaisquer objetos tridimensionais que se queira registrar virtualmente (ex.: cadeira de rodas utilizada por ela após ficar paraplégica). O material impresso será escaneado em alta resolução; fotos e negativos serão digitalizados com equipamento apropriado; vídeos serão convertidos para formatos digitais atuais. Cada item digitalizado será catalogado (metadados como data, descrição, origem) para futura inserção em banco de dados. Prioritariamente, serão digitalizados no mínimo 500 itens representativos até o Mês 7. Essa atividade assegura a preservação contra perda física e possibilita uso do acervo em exposições virtuais ou materiais educativos.	Acervo Digitalizado	Mês 7	Digitalização de pelo menos 500 itens do acervo concluída. Indicador: repositório organizado com arquivos digitais (imagens, PDFs, vídeos) catalogados; relatório listando itens digitalizados e quantidades.
4.4 Criação do Sítio Institucional (Website): Projetar, desenvolver e lançar os sites oficiais do Memorial e da Clínica. Os sites terão múltiplas funções: apresentar a história do Memorial, divulgar notícias e eventos, oferecer visitação virtual (por meio dos modelos 3D e/ou galeria de fotos 360° dos ambientes), e hospedar o acervo digital para consulta pública (por exemplo, uma seção onde usuários possam navegar pelos documentos históricos digitalizados, com filtro por datas/tipos). Serão priorizadas características de acessibilidade web (conformidade com WCAG: textos alternativos, alto contraste, etc.) e design responsivo. O desenvolvimento pode usar CMS (Content Management System) de código aberto	Website Institucional no Ar	Mês 6	Sites do Memorial e da Clínica publicados e funcionando. Indicador: domínio registrado e acessível ao público; páginas básicas preenchidas (sobre, notícias, visita virtual, acervo online inicial); teste de usabilidade e acessibilidade realizado.

para facilitar atualização contínua (ex.: WordPress com plugins de galeria, ou Omeka S para acervos digitais). O domínio será registrado (ex: memorialmariadapenha.gov.br e clinicadeacessoadireitos.ufc, a confirmar disponibilidade) e os sites serão hospedados em servidor de confiança. O lançamento dos sites está previsto até o Mês 6, quando já haverá conteúdo suficiente (acervo parcial, informações institucionais) para divulgação inicial.			
4.5 Manutenção do Acervo Digital (36 meses): Estabelecer um plano de sustentabilidade dos ambientes digitais pelos 3 anos seguintes ao lançamento. Isso inclui contratar/assegurar serviços de hospedagem do site e backup dos dados por 36 meses (custos cobertos no orçamento do TED), treinar pessoal da instituição local para continuar alimentando o site com novos conteúdos ou atualizações, e designar responsáveis pela moderação de eventuais interações do público online. Durante o período do TED (até Mês 8), garantir que todo o acervo digitalizado tenha pelo menos duas cópias de segurança (ex.: armazenado em nuvem e em disco rígido local), com procedimentos documentados de preservação digital. Embora a manutenção além dos 8 meses não envolva execução ativa de tarefas dentro do projeto (será uma fase posterior), o compromisso financeiro e operacional deve ser encaminhado agora – por exemplo, pagando antecipadamente a hospedagem pelos 3 anos ou reservando verba para isso.	Plano de Manutenção Digital (36 meses)	Mês 8	Mecanismos de sustentação definidos. Indicador: contratos/serviços de hospedagem e backup ativos cobrindo 36 meses futuros; documento de transferência de responsabilidade para equipe gestora local assinado (indicando quem continuará alimentando o site/acervo).
4.6 Integração Físico-Digital: Fornecer suporte técnico para integrar as soluções digitais ao Memorial físico. Por exemplo, criar QR codes ou totens interativos nas exposições que permitam ao visitante acessar vídeos ou documentos digitalizados extras via smartphone; disponibilizar óculos de realidade virtual no Memorial para experimentar o tour virtual da casa antes da reforma; ou instalar uma tela touchscreen onde os visitantes possam navegar pelo acervo digital. Essas integrações serão planejadas em conjunto com o Eixo 2, garantindo que o digital enriqueça a experiência do público no local.	Integrações Tecnológicas instaladas (subproduto)	Mês 8	Recursos digitais integrados às exposições. Indicador: presença de pelo menos 2 pontos de interação digital no Memorial físico (ex.: QR codes em painéis, tela interativa com acesso ao acervo); testados e aprovados em funcionamento até a inauguração.
Valor total da meta			R\$ 190.000,00

META 5	Produto	Prazo	Indicador de Conclusão
5.1 Estudo de Viabilidade Econômica: Levantar todos os custos estimados para operação anual do Memorial após sua implantação. Isso abrange despesas com pessoal (equipe para recepção, mediadores culturais, manutenção, segurança, curadoria contínua), custos de manutenção do prédio e do acervo (limpeza, segurança eletrônica, conservação preventiva), custos de programação (oficinas, eventos regulares) e outras despesas administrativas (energia, água, internet, materiais). Em paralelo, identificar possíveis fontes de receita ou financiamento: orçamento público (municipal/estadual) dedicado, parcerias com o setor privado (patrocínio de empresas, lei de incentivo à cultura), venda de produtos (loja de souvenirs do Memorial, publicação de livros), cobrança de ingressos (considerando políticas de meia-entrada e gratuidade, ou se será gratuito), doações de visitantes, etc. Analisar cenários (otimista, conservador) de fluxo de caixa para os primeiros 5 anos de operação. O resultado será um diagnóstico se o Memorial precisará de suplementação contínua do poder público ou se pode alcançar alguma autonomia financeira, e em que prazo. Também serão levantados benchmarks de outros memoriais/museus semelhantes no país quanto a modelos de financiamento.	Relatório de Viabilidade Econômica	Mês 8	Documento entregue com planilha de custos detalhados e análise financeira (mín. 20 páginas). Indicador: relatório avaliado pela equipe do Ministério das Mulheres, demonstrando cenários de sustentabilidade; contendo recomendações claras de modelo de financiamento.
5.2 Modelo de Negócio e Gestão: Com base no estudo econômico, propor um modelo de gestão. Avaliar qual a melhor estrutura institucional: por exemplo, se o Memorial deve ser vinculado a uma Secretaria específica (como Cultura ou Direitos Humanos) com dotação orçamentária própria; se caberia uma gestão compartilhada via convênio com o Instituto Maria	Modelo de Gestão e Plano de Negócios	Mês 8	Seção do relatório ou anexo específico delineando o modelo de gestão proposto e estratégias de geração de receita. Indicador: inclusão no relatório final de um plano de negócios resumido (com SWOT, projeções 5 anos e fontes de recurso). Aceitação pelas partes

<p>da Penha ou outra ONG experiente; ou a criação de uma Organização Social (OS) para gerir o equipamento via contrato de gestão (modelo adotado em alguns museus públicos). Considerar vantagens e desafios de cada modelo em termos de agilidade administrativa, participação da sociedade civil, transparência e continuidade política. O modelo proposto virá acompanhado de um plano de negócio resumido: estratégias de geração de receita (por exemplo, um café no local, loja de lembranças com renda revertida; realização de eventos pagos, aluguel do espaço para atividades educativas de terceiros), política de preços se houver, e estratégia de captação de recursos (editais, emendas parlamentares, campanhas). Também incluir recomendações de quantas e quais parcerias formais deveriam ser estabelecidas (ex.: acordo de cooperação com universidades para receber estagiários; com a Secretaria da Educação para levar alunos regularmente; com o turismo para incluir o Memorial em roteiros oficiais). Esse produto servirá como um guia para os gestores que assumirão o Memorial, aumentando as chances de sustentabilidade.</p>			<p>interessadas (Ministério das Mulheres/Governo local) como base para decisões futuras.</p>
<p>5.3 Mapeamento da Rede Local de Proteção e Cultura: Realizar um levantamento sistemático das instituições em Fortaleza e Ceará que atuam em áreas correlatas. Isso inclui: equipamentos culturais (museus, memoriais de outras personalidades, centros culturais municipais/estadual); equipamentos de atendimento à mulher (Centro de Referência da Mulher, Casa da Mulher Brasileira, delegacias especializadas, abrigos); coletivos e ONGs feministas ou de direitos humanos; universidades e grupos de pesquisa focados em gênero; projetos de extensão universitária na temática; e eventos/festivais culturais relacionados (como feiras de livros feministas, etc.). Para cada ator mapeado, coletar informações de contato, serviços oferecidos, público atendido, e possível alinhamento com o Memorial. Esse mapeamento (que pode envolver entrevistas ou visitas) subsidiará tanto parcerias quanto a contextualização do Memorial nas políticas públicas existentes.</p>	<p>Mapeamento da Rede Local</p>	<p>Mês 5</p>	<p>Levantamento concluído de instituições relevantes. Indicador: planilha ou data-base com pelo menos 30 entidades mapeadas, contendo contatos e descrição, entregue à coordenação; síntese apresentada em reunião de equipe para informar outros eixos (ata comprovando).</p>
<p>5.4 Plano de Parcerias e Integração: A partir do mapeamento, desenhar um plano de integração do Memorial com a rede. Por exemplo: propor que o Memorial faça parte do roteiro turístico-cultural de Fortaleza (em parceria com a Sec. de Turismo); articular que grupos atendidos pelos CRMs (Centros de Referência da Mulher e Casas da Mulher Brasileira) visitem o Memorial regularmente como parte do processo de empoderamento; firmar acordo com a Secretaria de Educação para que a visita ao Memorial conste no calendário escolar (especialmente para estudantes do ensino médio, dentro da temática Lei Maria da Penha); estabelecer colaboração com o Museu da Cultura Cearense ou outros, para exposições temporárias em conjunto; envolver o Memorial nas campanhas do Agosto Lilás (mês de combate à violência doméstica) e 8 de Março (Dia da Mulher), 21 dias de ativismo em parceria com órgãos competentes. Identificar pelo menos 5 parcerias estratégicas e delinear as ações conjuntas ou trocas de serviços correspondentes. O plano deve incluir cronograma de implementação dessas parcerias e indicação de responsáveis para conduzi-las após a abertura do Memorial.</p>	<p>Plano de Parcerias e Integração</p>	<p>Mês 8</p>	<p>Propostas de parcerias formalizadas. Indicador: capítulo no relatório final descrevendo pelo menos 5 parcerias potenciais, com carta de intenções assinada ou encaminhada em pelo menos 5 casos durante o projeto (ex.: universidade se compromete em termo de cooperação).</p>
<p>5.5 Relatório Consolidado de Viabilidade e Parcerias: Compilar os resultados acima em um relatório final que sirva de referência para a tomada de decisão pelo Ministério das Mulheres e demais envolvidos. Esse relatório apresentará de forma clara: (a) projeções financeiras e modelo de gestão recomendado; (b) resumo do mapeamento de rede (possíveis aliados do Memorial); (c) propostas de parcerias e integrações concretas; (d) recomendações finais (incluindo eventuais políticas necessárias, como formalização de institucionalização do Memorial via decreto/lei municipal ou estadual para garantir sua continuidade).</p>	<p>Relatório Consolidado Final (Eixo 5)</p>	<p>Mês 8</p>	<p>Relatório final integrando todos os achados do eixo (viabilidade e integração) finalizado. Indicador: documento aprovado pela Coordenação Geral e apresentado ao Ministério das Mulheres em reunião de encerramento do projeto; recomendações incorporadas ao plano de ação pós-implantação.</p>
<p>Valor total da meta</p>			<p>R\$ 150.000,00</p>

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
MAIO/2025	R\$ 1.400.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
3.3.90.39 - Serviço de Terceiro de Pessoa Jurídica (DOA 10% e Ressarcimento Institucional 5%)	Sim	R\$ 180.000,00
3.3.90.39 - Serviço de Terceiro de Pessoa Jurídica	Não	R\$ 1.220.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Fortaleza - CE, na data da assinatura.

DIANA CRISTINA SILVA DE AZEVEDO
Vice Reitora
Universidade Federal do Ceará .

13. APROVAÇÃO

Brasília - DF, na data da assinatura.

APARECIDA GONÇALVES
Ministra de Estado das Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves, Ministro(a) de Estado**, em 25/04/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diana Cristina Silva de Azevedo, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50258596** e o código CRC **6B2D792C**.

Referência: Processo nº 21260.001204/2025-33.

SEI nº 50258596

Criado por jeovana.nascimento@mulheres.gov.br, versão 2 por jeovana.nascimento@mulheres.gov.br em 25/04/2025 16:30:33.